

Proposta de reforma administrativa de Bolsonaro é volta ao passado

Uma reforma Administrativa que exclui magistrados, parlamentares e militares foi apresentada nessa quinta-feira, 3, pela equipe técnica do governo Bolsonaro. O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, acompanhou a apresentação da proposta que será encaminhada ainda hoje ao Congresso Nacional. O dirigente critica o uso de dados subjetivos sobre o funcionalismo. "O andar de cima continua sendo blindado. O foco continua sendo os que mantém a máquina pública funcionando", resume. Para o secretário-geral a reforma vai sim atingir atuais servidores, apesar do governo usar argumento contrário.

"Na nossa avaliação querem voltar ao passado quando a prioridade não era dar ênfase a concursados e a manutenção de serviços públicos de qualidade. Querem aprofundar terceirização e contratos temporários", disse. A proposta deve ser fragmentada e pode ainda ampliar possibilidade de privatizações. "Para nós essa proposta é um copia e cola do relatório do Banco Mundial e Instituto Millenium", comentou Sérgio. O resultado prático deverá ser um desmonte ainda maior dos serviços prestados à população. A resistência começa com a mobilização de servidores de todas as esferas em todo o Brasil com o lançamento de uma Jornada Unitária de Lutas nessa quinta com transmissão em nossas redes sociais. Acompanhe e participe do movimento de resistência contra ataques aos servidores e ao setor público.

Fim do RJU

A proposta receberá uma análise minuciosa da subseção do Dieese na entidade. O economista Max Leno de Almeida chama atenção para opção do governo em fatiar a

proposta com pontos considerados polêmicos ficando de fora dessa primeira apresentação. Questões remuneratórias, progressões e outros temas como regulamentação de pontos específicos devem ser encaminhados ao Congresso por meio de dispositivos que não dependem de alteração constitucional, enquanto a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tramita. A medida altera pontos centrais, incluindo estabilidade, salários e regime de contratação, abrindo espaço para o fim do Regime Jurídico Único (RJU). Numa análise preliminar, o Dieese aponta que a proposta não só afetará a vida funcional do servidor, mas atingirá toda a sociedade atendida por serviços públicos. "Dá para ter dimensão da grandeza do projeto e a subseção acompanhará os desdobramentos da proposta e vai analisar aspectos e impactos da reforma não só nas carreiras, mas sobretudo na sociedade", adiantou Max.

Volta ao passado

Além de blindar e proteger setores considerados privilegiados no funcionalismo, a reforma Administrativa apresenta soluções "no varejo" que tem forte apelo midiático. "Colocam temas como anuênio, quinquênio, férias prêmio, tudo isso já não existe mais no funcionalismo. Parece que querem mostrar que estão sendo carrasco com servidores, mas o andar de cima está sendo preservado", destaca Sérgio Ronaldo. "Além disso abrem espaço para apadrinhamento no formato de contratação, uma verdadeira volta ao padrão de contratação da era pré-Vargas", critica. A ampliação de contratações temporárias em detrimento da realização de concursos públicos é um retrocesso que precisa ser combatido energeticamente.

Dados apresentados pela



equipe técnica do governo são confrontados e estão maquiados e distorcidos. Sérgio chama atenção para a narrativa que governo escolheu adotar de que servidores atuais não serão afetados. "Querem nos dividir para que fiquemos quietos", resume. "O que esse governo precisa admitir é que essa política econômica fracassou. Falam sobre Estado inchado, mas não falam que 45% das despesas obrigatórias vão para o pagamento de amortização e despesas de juros da dívida. Esse é o ranço do nosso País. A proposta foi um show de desconhecimento do Estado brasileiro. Vai ter enfrentamento, concluiu.

Fonte: Condsef

Aviso

O Sindsep/MA informa aos seus filiados, colaboradores e sociedade em geral, que a entidade estará com suas atividades laborais suspensas em todo o Maranhão, no próximo dia 07 de setembro, Dia da Independência do Brasil, feriado nacional.

A sede do Sindsep/MA, em São Luís, não funcionará também, no dia 08 de setembro, data que se comemora o aniversário de São Luís, que estará completando 408 anos de fundação.

As demais Secretarias Regionais irão funcionar normalmente na terça-feira, dia 08, com o expediente adotado pelas mesmas.



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

Gestão 2019/2022

REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2020

A Diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão – SINDSEP-MA, através do seu Presidente, na forma do Estatuto conforme Artigo 40 parágrafo único inciso I, convoca todos (as) os (as) Diretores (as) e Delegados (as) Sindicais de Base para reunião do Conselho Deliberativo no dia 18 de setembro de 2020, com início previsto às 09h00min, **VIA VIDEOCONFERÊNCIA**, nesta, para discutir e deliberar a seguinte pauta:

1) Avaliar as propostas politico-sindical frente às ofensivas do Governo Bolsonaro aos serviços e servidores públicos e 2) Outros.

OBS: O LINK de acesso estará disponível na mesma data da reunião na página do SINDSEP/MA (<https://sindsep.org.br/>) a partir das 08h00min.

São Luís-MA, em 04 de setembro de 2020.

Raimundo Pereira de Souza
Presidente